

Dissensões, censuras e autocríticas nos círculos revolucionários paulistas nos anos 30.

Autora: Alzira Lobo de Arruda Campos

Filiação institucional: Universidade São Marcos

Resumo. As dissensões ocorridas nos círculos revolucionários paulistas, nos anos 30, pontuaram a história do Partido Comunista do Brasil e das demais correntes de esquerda, produzindo censuras e autocríticas dirigidas a muitos de seus membros. Nas ondas do stalinismo internacional, a disciplina partidária substituiu a ditadura do proletariado pela ditadura do comitê central. A determinação revolucionária dos camaradas, desenvolvida na cultura de gueto da subversão, propiciou a formação de estratégias de sobrevivência, das quais, a mais perversa, era a dúvida metódica lançada sobre a lealdade de companheiros de jornada. Nas reuniões do partido, traições supostas ou reais ocupavam boa parte da pauta: impurezas teóricas, envolvimento com trostkistas, adesões pequeno-burguesas, colaboracionismo, lealdade à família antes que ao partido, envenenavam as relações dos comunistas. Informações provenientes de fontes diversas — cartas, atas de reuniões, circulares, prontuários policiais — permitem-nos analisar esse processo, submetido ao silêncio quase total da historiografia brasileira.

Palavras-chave: Revolução proletária; dissidentes comunistas; trotskismo; stalinismo.

A produção do conhecimento histórico sobre a revolução proletária reduziu ao silêncio indivíduos historicamente silenciados pela disciplina do PCB, nos tempos heróicos da organização da massa trabalhadora, nos partidos chamados de esquerda. As autocríticas e expurgos, rotineiros na biografia do “Partidão”, contagiaram em graus variados a historiografia, condenando ao ostracismo personagens responsáveis pela fundação e pelo funcionamento do Partido Comunista, nos tempos dominados pelas oligarquias estaduais e por Vargas. Não se trata de peculiaridade da historiografia brasileira. Historiadores da “velha esquerda” internacional reconhecem que se fundamentaram pouco em investigações de primeira mão e nem sempre conseguiram refletir sobre os acontecimentos de forma desapassionada, tendo em conta os laços que os uniram ao comunismo.¹ A paixão de especialistas sobre o tema da Revolução — conduzida no Brasil especialmente pelos comunistas — acarretou uma “disciplina partidária” também em muitas pesquisas, que omitiram deliberadamente lideranças não stalinistas.

A complexidade da práxis política projeta-se no campo teórico. No setor dito de “esquerda” (expressão apenas cômoda) existiam vários núcleos e uniões, a percorrerem toda uma gama do arco-íris político. Nessa área, o Partido Comunista tornou-se o centro mais importante, pelas suas proporções e pela sua organização. Foi em torno dele que se formaram as dissidências da esquerda nacional, que se consideravam a fração mais legítima do partido, arrogando-se o dever de atacar os usurpadores da revolução proletária: a burocracia stalinista e a direção nacional. As divergências que minaram a esquerda nacional esclarecem conteúdos próprios das dissensões e das doutrinas ou correntes hegemônicas das quais dissentiram, enquanto dissentiram. As dissensões faziam parte da rotina partidária. Dissensões entendidas no sentido que Jacques Rancière confere ao termo “desentendimento”: um determinado tipo de situação de palavra em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. Não o conflito entre o que diz branco e aquele que diz preto, mas sim entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. Não se trata de desconhecimento ou de imprecisão de palavras, mas disputas sobre o que se quer dizer, isto é, a racionalidade da situação das palavras. Os interlocutores entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras. O que significa que o desentendimento incide sobre a própria situação dos que falam e não apenas sobre as palavras empregadas. Assim, as estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto. Como a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento, ela se torna um “objeto escandaloso” — na terminologia de Jacques Rancière.² As

dissensões ocorridas no seio do partido refletem bem esse “objeto escandaloso”, que fez reinar a raiva e o desprezo recíprocos entre lideranças revolucionárias e gerou polêmicas avassaladoras na esquerda nacional.

De 1927 em diante, a história do PCB em São Paulo pontua-se por censuras e autocríticas dirigidas a numerosos de seus membros. A direção partidária torna-se mais e mais intolerante, acompanhando os ritmos do stalinismo internacional. Imbuídos da determinação revolucionária, atuando na clandestinidade, os camaradas desenvolveram uma personalidade de gueto, colocando sob suspeita os próprios companheiros de jornada. Com um elenco de pecados mortais ou veniais à mão, julgavam-se os denunciados por motivos ligados a “erros e desvios” da teoria e prática revolucionárias, por traições reais ou supostas ao partido, por envolvimento com trotskistas, com burgueses (pequenos ou grandes), com a polícia, com familiares. Os acusados que conseguiram permanecer nos quadros do partido sujeitaram-se a humilhações severas e muitas vezes ao ostracismo, como no caso de Astrojildo Pereira, cujas autocríticas podem ser acompanhadas ao longo de oito cartas, anexadas ao seu prontuário. Esses documentos integram o volumoso dossiê documental sobre a natureza da disciplina partidária então aplicada contra dissidentes, conformando uma pedagogia de degradação e de autoflagelação.

Como conseqüência, as vidas dos opositores de esquerda sujeitavam-se à dupla clandestinidade da direção do partido e dos policiais. O “viver à margem” adquiria significado peculiar para tais militantes, pois nas suas divergências identificavam a eles próprios e aos companheiros da corrente dominante. O processo de estigmatização que atingiu os dissidentes de esquerda transformou-os em párias da revolução proletária, pois o artigo 13 dos Estatutos do PCB proibia qualquer membro do partido de manter relações pessoais, familiares ou políticas com “renegados”, declarados inimigos do partido, da classe operária e do povo.

Embora os dissidentes estivessem reunidos principalmente na Liga Comunista Internacionalista, é preciso notar que os esquerdistas de 20 e 30 revelavam notável grau de porosidade às diversas tendências existentes na época. À procura da “verdade” revolucionária, muitos desligavam-se da corrente hegemônica, formando agrupamentos que se recusavam a chamar de “partido”, pois defendiam a idéia de um único partido para a classe operária. Os que se mantinham no partido procuravam aplicar táticas de reconduzi-lo aos “verdadeiros” rumos do marxismo-leninismo ou se resignavam à obediência por constatarem que os esforços revolucionários não poderiam arcar com o ônus de divergências na classe trabalhadora. A estratégia utilizada era o fracionismo, isto é, o de se apresentarem como uma fração do Partido Comunista, contrária aos dirigentes nacionais e internacionais, aos quais dirigiam críticas severas, no sentido de preservar o caminho da revolução:

[...] professando um solene desprezo pela doutrina marxista, somente ultrapassado pela sua ignorância dela, basta aos nossos “dirigentes” o empirismo demagógico de diletantes pequeno-burgueses para se julgarem condutores das massas, e o partido, predestinado à hegemonia da revolução. A base proletária do partido vegeta num grau ideológico de lumpen-proletariado, não podendo ter nenhuma perspectiva revolucionária concreta. O partido mantém um alheamento total do movimento político geral do país. [...] Assim, o Partido que deve ser a vanguarda revolucionária das massas vai pouco a pouco degenerando em obscura seita religiosa cuja atividade visível é colocar bandeiras vermelhas nos fios telefônicos em dias “de guarda”, e o proletariado vai se alimentando perigosamente com os restos ideológicos mastigados pela pequena burguesia messiânica e esperando com esta a “volta” de Luiz Carlos Prestes. Que alguns burocratas se contentem com “as glórias do martírio” sistematicamente infringido pela repressão burguesa às manifestações políticas independentes do proletariado; que algumas almas compassivas julguem provado o caráter revolucionário do stalinismo pelo número de prisões e deportações sofridas pelos stalinistas. Nós raciocinamos, não como impenitentes pequeno-burgueses sentimentais, mas como materialistas, como marxistas: consideramos estéril, nefasta e criminosa a atividade dos funcionários prepostos pela Internacional Comunista na direção do Partido. Estéril a propaganda que não se baseia em nenhuma análise marxista das forças motrizes da revolução, nefasta a agitação que não dá ao proletariado nenhuma perspectiva política para as suas tarefas imediatas, criminosa a atividade do partido que sacrifica a vanguarda proletária aos interesses facciosos de uma casta de funcionários carreiristas.

(Projeto de teses sobre a situação nacional, da Liga Comunista Internacionalista, provavelmente da autoria de Aristides Lobo. Arquivo Lívio Xavier, p. 3).

A *Lucta de Classe* trata da indisciplina ocorrida na “Célula 4R”, em 1928, e que levou à expulsão de todos os seus membros, utilizando-se de uma argumentação que ainda hoje estaria em pauta:

Não recusamos a pecha de indisciplinados e cisionistas. Condições há em que a indisciplina e a cisão são um dever. Serão, porém, os dissidentes os únicos indisciplinados? O conceito de disciplina de um comunista é a mesma noção de disciplina burguesa? A disciplina no partido implica unicamente os deveres dos “soldados” para com “generais”, conforme as expressões de “Autocrítica”? [...] A disciplina comunista não pode ser feita de passividade para os membros do partido e de oportunismo para os seus dirigentes. Saídos do partido para não colaborar numa orientação, que se mais se acentuar e não for liquidada pelo 3º Congresso, importará perniciosa confusão e desvio da linha revolucionária, aguardamos, dada a sua proximidade, a realização do 3º Congresso. [...] Durante todo esse tempo, abstivemo-nos propositadamente de toda crítica à atividade do partido não hesitando em eliminar do nosso meio os elementos que, fabricando uma pretensa teoria de “anteposição da organização sindical à luta parlamentar”, interpretação esta de origem nitidamente oportunista e que tendia à criação no movimento proletário do Brasil de uma mentalidade economista.³

A cisão da célula 4-R levantou uma outra questão de importância: o prestígio. A história da adesão de Prestes ao PCB é bastante conhecida para ser aqui retomada, apesar de existirem pontos desta questão, que envolveram diretamente os dissidentes de São Paulo, a demandar maiores esclarecimentos da historiografia.⁴ As idas e vindas de Prestes, no caminho da revolução proletária, eram objeto de enorme interesse dos opositores de esquerda, que consideravam que Prestes poderia reconduzir o partido à ortodoxia bolchevista-leninista. Os opositores de esquerda ainda não eram rotulados como trotskistas, mas como opositoristas. Em 1929, o PC praticamente não tinha importância, pois o movimento operário era controlado, de fato, pelos anarquistas.

Os primeiros ataques dos stalinistas aos trotskistas refletiram preocupações da direção do PCB em acatar a diretiva do Sexto Congresso da Internacional Comunista (1928) de forçar a entrada de operários na direção dos partidos comunistas, política essa denominada de “Obreirismo”. Astrojildo Pereira transmitiu esta diretriz ao Brasil, após permanecer o ano de 1929 na URSS: proletarizar o PCB, diminuindo a influência da pequena-burguesia nas fileiras e na direção do partido. Sob a influência direta do Bureau Sul-Americano da III Internacional, a antiga direção foi quase toda afastada, sendo substituída por elementos que tinham como única qualificação o fato de serem “operários”. Este processo, liderado por Fernando de Lacerda, serviu para atrelar definitivamente o PCB aos ditames oriundos da Internacional Comunista.⁵ Inevitavelmente, no caso paulista, as acusações stalinistas tributárias do “Obreirismo” ancoravam-se no repúdio às alianças com os pequeno-burgueses do Partido Democrático (“Partido dos Descontentes”, diziam os comunistas), aos quais se forçava a identificação com os trotskistas.⁶

Em abril de 1930, realizou-se a primeira conferência internacional dos trotskistas, em meio a problemas graves: a luta contra stalinistas e as rivalidades de alguns círculos de oposição.⁷ Os dissidentes defenderam uma visão própria sobre o processo revolucionário, por:

[parecer claro] a todos nós que sabemos ver as coisas sem miopia e sem óculos de aumento, a todos os que, baseados na doutrina científica de Marx e nas lições da experiência que Lenin nos legou, somos contrários a qualquer espécie de masturbação revolucionária e o que queremos é a Revolução Proletária, revolução de verdade, que há de resultar inevitavelmente vitoriosa do entrelaço violento das múltiplas forças históricas sob a vigilância inteligente e sob o controle capaz de um forte Partido Comunista de massa.⁸

O Comitê Central, visivelmente amedrontado pela argumentação e atuação de seus críticos, adotou medidas para o estabelecimento de um cordão sanitário em torno dos “renegados”. Em carta assinada por Dinah Siqueira (São Paulo, 1/12/30), o Comitê chama a atenção dos camaradas do interior “para as manobras de certos elementos pequeno-burgueses oportunistas expulsos como tais do partido” (Plínio Melo, Josias Leão, Luiz de Barros). Toda a colaboração com esses elementos, “que traíram o proletariado”, acarretaria “mecanicamente” a exclusão do partido.⁹

Determinação intimidatória, cujos efeitos a Oposição de Esquerda procurou neutralizar. Em 29 de dezembro de 1930, Aristides Lobo lançou um folheto impresso, de quatro páginas, em resposta à carta do *Bureau* do Comitê Central sobre a luta contra os bolchevistas, expulsos das fileiras revolucionárias. Juntamente com o memorial de Joaquim Barbosa e a carta de Plínio Melo, este texto forma a tríade documental mais completa a respeito dos acontecimentos de 1928-30, na óptica dos dissidentes. Com uma vantagem: por ser o último desses documentos, a “Carta Aberta aos Membros do Partido Comunista” sintetiza os problemas principais enfrentados pelos dissidentes e os situa claramente nos embates teóricos e práticos das correntes revolucionárias da época.

As explicações sobre a expulsão de Aristides Lobo contribui para que se entenda a situação vivida pelos comunistas da oposição:

*A burocracia “dirigente” acaba de expulsar-me e o motivo da expulsão é o mesmo de que decorre todo o seu ódio, toda a trama de calúnias e de intrigas contra os verdadeiros bolchevistas: a convicção de que a sua queda é inevitável e resulta de sua falência ideológica e política. A oposição bolchevista-leninista de esquerda derrocará o aventurismo. O proletariado revolucionário e os operários conscientes do partido começam a verificar as traições de que têm sido vítimas. Na Rússia Soviética, na Alemanha, na França e nos principais países do mundo, a oposição vai ganhando terreno, vivendo dentro do partido, contra a linha oportunista dos zigzagues à direita e à esquerda, na defesa dos ensinamentos de Marx e de Lenin!*¹⁰

O documento acima confirma que os camaradas da oposição atacavam fundamentalmente a direção nacional do partido e os erros do stalinismo, considerando-se autênticos comunistas, legítimos propagadores do bolchevismo-leninista. Muitas de suas críticas seriam confirmadas pelos acontecimentos históricos, integrando-se ao *mea culpa* do PCB.

A polêmica travada entre comunistas que aceitavam, sem discutir, as determinações do partido e aqueles que consideravam que os rumos tomados por Stalin traíam a revolução proletária passaram a ocupar corações e mentes dos revolucionários. Hobsbawn considera que os comunistas dessa fase, como indivíduos, tinham total e apaixonada lealdade à sua causa, que se identificava com o seu partido e que significava, por sua vez, lealdade à Internacional Comunista e à URSS (isto é, a Stalin). E que, quaisquer que fossem os seus sentimentos pessoais, tornou-se logo claro que deixar o partido comunista, seja por expulsão ou iniciativa própria, equivalia a pôr fim à atividade revolucionária efetiva. Aqueles que abandonavam o partido ficavam esquecidos ou privados de toda ação efetiva, a menos que aderissem aos “reformistas” ou se filiassem a algum grupo abertamente “burguês”, caso em que deixavam de interessar aos revolucionários.¹¹

A análise de Hobsbawn aplica-se apenas em parte aos opositores de esquerda no Brasil, como as fontes atestam. Embora lealmente devotados à causa revolucionária, os trotskistas não a identificavam a Stalin ou à Internacional Comunista, considerados como exemplos flagrantes de traição aos princípios bolchevistas-leninistas e, portanto, ao proletariado. Não abandonaram o partido, pois se sentiam no dever de reconduzi-lo ao papel de vanguarda revolucionária, objetivo pelo qual lutaram arrojadamente, nas décadas de 20 e 30, tentando conferir eficácia à ação política que continuavam, efetivamente, a realizar. Ademais, a história individual dos opositores de esquerda, no Brasil, demonstra que eles, por regra, continuaram fiéis aos ideais que abraçaram nos primórdios de sua militância política, mesmo após perderem a ilusão nos rumos tomados pela Revolução de 1917.

Os organismos de base acompanhavam os camaradas da cúpula partidária na denúncia e penalização dos dissidentes. As forças vivas da revolução pareciam se esvaír nas críticas repetidas aos mais diversos camaradas,

inculcados de erros e desvios os mais esdrúxulos. As atas das reuniões partidárias registram que a questão dos dissidentes transformou-se no tema principal das discussões entre camaradas, nos anos de 1930-32. Por exemplo, na Célula do Bom Retiro, na reunião de 2 de janeiro de 1932, a uma pergunta sobre acusações de desvios feitas a companheiros, sem provas, a resposta dada foi lapidar: existiam “erros e desvios, ilusões prestistas e golpistas na base, muitas vezes inconscientes, mas que nós desconhecemos”.¹² Quanto à proposta de readmissão de um camarada expulso, é citada uma carta da Internacional Comunista que dizia que todos os elementos suspeitos deveriam ser isolados completamente do partido e das massas.¹³ A multiplicação de casos de denúncias deixa-nos entender a anedota de que o maior partido do mundo é o de ex-comunistas. Os ataques, acompanhados no varejo das discussões travadas nos organismos de base, institucionalizavam-se na estrutura partidária. A partir de 1928, as denúncias prestigiaram determinados temas: as palavras de ordem das circulares comunistas passaram a defender a proletarização do partido, preconizando a luta “encarniçada” contra todos os desvios, “tanto de esquerda como de direita”, isto é, trotskismo, anarquismo, teorias pequeno-burguesas e contra-revolucionárias.¹⁴

A censura do Partido produziu versões flagrantemente falseadas da atuação dos seus dissidentes. Falseamento que se projeta significativamente na história do Partido. Desse prisma, Castilho se refere à insuficiência de explicações historiográficas — como a de Dulles — que separam radicalmente os motivos que levaram às cisões de 1928 e de 1930, entendendo, pelo contrário, que houve confluência daqueles movimentos, pois os oposicionistas de 28 criaram “um novo momento na perspectiva daqueles poucos militantes que não concordavam com os rumos do PCB e da IC desde 1927”.¹⁵

A análise densa e desapaixonada das fontes deixa claro que a “seção brasileira” situou-se no quadro internacional de organização da Oposição de Esquerda, refletindo os seus problemas, agravados por questões nacionais, locais e de seus quadros dirigentes, ligados, inicialmente, ao BOC, prestismo e sindicalismo. No caso das divergências surgidas na seção paulista do PCB, não subsiste dúvida: tributária embora de acontecimentos de natureza nacional, local e mesmo de embates pessoais de suas lideranças, a Oposição de Esquerda em São Paulo refletiu a luta entre Stalin e Trotsky e esteou-se teoricamente na doutrina marxista-leninista.

Os primeiros oposicionistas organizaram um núcleo no Rio de Janeiro, com ramificação em São Paulo, a partir de 1927. A Liga Comunista originou-se desse primeiro núcleo oposicionista de esquerda que apareceu no Brasil, sob a denominação de Grupo Comunista Lenine do Rio de Janeiro. As relações de amizade, existentes entre adeptos do GCL, explicam a configuração dos primeiros grupos de opositores. Rodolfo Coutinho, Antônio Bento, Miguel Macedo, Escobar, João da Costa Pimenta, Della Déa, Mário Pedrosa, Lívio Barreto Xavier e Aristides Lobo constituem o embrião dos opositores. A eles, por laços de amizade e posições ideológicas comuns, uniram-se, em 1927, Plínio Gomes de Mello, Plínio Salgado, Mário de Andrade, Di Cavalcanti, Bopp.¹⁶ Nos últimos meses de 30, a decisão de se mudar o centro político para São Paulo estava tomada pelos opositores. A Oposição de Esquerda, obviamente, passou a se identificar perante os camaradas e a firmar uma tática para com o Partido, afirmando a sua qualidade de comunista, como um núcleo de resistência à “degenerescência burocrático-ideológica que infelizmente se vem alastrando pouco a pouco por todo o organismo da Internacional”.¹⁷

Notas

¹ HOBBSAWN, Eric. *Revolucionários*. 2ª ed. Trad. de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, pp. 11-2.

² *O desentendimento. Política e Filosofia*. São Paulo, Ed. 34, 1996, pp. 11-14.

³ “Memorial ao 3º Congresso”. *A Lucta de Classe*. Rio de Janeiro, julho de 30, ano I, nº 3, p. 1.

⁴ A respeito, ver: CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *“Tempos de viver”: dissidentes comunistas em São Paulo*. Tese de Livre-Docência apresentada à FHDSS/UNESP. Franca, 1998. Mimeo.

⁵ ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis (orgs.). *Na contra-corrente da História*, p. 51.

⁶ Boletim do Bureau do Comitê Central do PCB, Região de São Paulo. Prontuário nº 57, de Antônio Brandão, f. 17. *DEOPS/SP*.

⁷ BROUÉ, Pierre. Prefácio. A Oposição de Esquerda Internacional, em: *Na contracorrente da História*, p.p. 12-16.

⁸ O fator subjetivo. *Loc. cit.*, p. 4.

⁹ Prontuário de Aristides Lobo, n.º 37, 1º volume, f. 16. *DEOPS/SP*.

¹⁰ *Apud: Loc. cit.*, pp. 53-54.

¹¹ HOBBSAWM, E.J. “Problemas da História do Comunismo”. *Revolucionários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 16.

¹² Ata da Reunião do Comitê Regional de S. Paulo, de 2/1/32. Prontuário de Fernando de Lacerda, n.º 780, f. 23. *DEOPS/SP*.

¹³ *Loc. cit.*, f. 61.

¹⁴ *Circular*, de 20/11/32. Prontuário de Higino Delgado, n.º 192, f. 78. *DEOPS/SP*.

¹⁵ MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária. Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

¹⁶ Carta a Lívio Xavier, Paraíba, 1927 (?). Ms. *Arquivo Lívio Barreto Xavier*. CEDEM/UNESP.

¹⁷ *A Luta de Classe*, n.º 2, Ano I. Rio de Janeiro, junho de 1930.